



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

Editorial

O desmonte socioambiental e as resistências emergentes

Socio-environmental dismantling and emerging resistances

Este dossiê foi proposto em 2020, no auge dos incêndios ocorridos no Pantanal e na Amazônia. Assistíamos aos primeiros movimentos de esvaziamento dos órgãos de fiscalização e a fragilização das normas ambientais. Se, do ponto de vista legal e institucional a crise ainda se restringia às organizações da sociedade civil e do Estado relacionados ao tema, nos céus do Brasil o fogo que consumia a fauna e a flora do Pantanal chegava a Curitiba. Da mesma forma que podíamos ver a floresta amazônica escurecendo o céu de São Paulo depois de percorrer mais de 3000 km, um fenômeno observado também em 2019. Tratava-se de uma “escuridão” socialmente construída, que não podia e nem devia ser reproduzida na forma de silêncio na academia. Precisávamos mobilizar os pesquisadores para refletir sobre o desmonte socioambiental e as formas de resistências emergentes.

Esses e outros fatos denunciavam uma política

de naturalização da violência do governo federal, sob a gestão de Jair Messias Bolsonaro, contra os movimentos sociais e órgãos governamentais responsáveis. A competência do Estado brasileiro, consolidado na Constituição Federal de 1988, que é a defesa do meio ambiente, parecia ser relativizada pelo seu então ministro do meio ambiente Ricardo Salles. Infelizmente, passados quase dois anos dessa tragédia ambiental e em vias de publicação desse dossiê, somos mais uma vez surpreendidos com um fato chocante, o assassinato do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, servidor da Funai licenciado. Nesse fato lastimável, apesar do nosso histórico de violência contra os movimentos sociais, como o caso de Chico Mendes ou de Dorothy Mae Stang, se sobressai um discurso e práticas recorrentes de desqualificação de militantes, pesquisadores e servidores públicos que se destacam na luta pelo fortalecimento de causas

socioambientais.

Nos perguntamos, recorrentemente, as razões do aumento dessa violência criminosa e institucional contra um jornalista e um servidor público em particular, e contra tudo que envolve a defesa e a proteção ambiental. Junto ao silêncio constrangedor de autoridades públicas junta-se a desqualificação de profissões, como o jornalismo ambiental, e o desmonte dos órgãos reguladores e de proteção iniciada em 2019. Esse desmonte é potencializado com a presença contraditória de profissionais para cargos estratégicos com trajetórias e vínculos institucionais com empresas e grupos políticos que comprometem a respectiva atuação. Como, por exemplo, pessoas no ministério do meio ambiente e órgãos específicos que carregam em seu currículo uma formação e uma trajetória política comprometida com o avanço do agronegócio nas atuais frentes de expansão agrícola.

Enfim, é com essa reflexão que anunciamos com sentimento vivo de esperança os artigos que compõe esse dossiê. São trabalhos que denunciam esse estado de coisas que atentam contra o ambiente natural e cultural brasileiro. Para tanto enfatiza-se a importância de compreender a negligência governamental, em específico em seus diferentes níveis para com os povos indígenas do Paraná durante a Pandemia por COVID-19, bem como seus modo de resistir (Alves *et al.*, 2022).

Nesse sentido é importante compreender as dinâmicas do negacionismo ambiental como mote ideológico e político para destruição das leis e regulamentos (Acselrad, 2022). Fato esse que sublinha o atual desmonte das políticas hídricas brasileiras no contexto sul-americano, buscando compreender a influência da privatização das águas sobre as vidas indígenas, principalmente Mbya-Guarani. Ao mesmo tempo que precisamos contemplar as

cosmovisões ameríndias para a construção de um novo paradigma no que diz respeito à conservação da natureza, em especial dos bens hídricos (Valencia *et al.*, 2022).

Essas situações reforçam uma perspectiva mais complexa do desmantelamento das políticas territoriais brasileira destinadas ao desenvolvimento rural sustentável (Coelho de Souza *et al.*, 2022). E a necessidade reivindicatória do restabelecimento de políticas ambientais faz-se relevante, tais como a reativação do Fundo Clima. O artigo de Fante *et al.* (2022) situa o sistema judiciário como um campo de luta no qual múltiplos discursos ecoam pela defesa ambiental.

São trabalhos que denunciam um desmanche que vai além das fronteiras nacionais, tais como os territórios indígenas e as Unidades de Conservação no arco transfronteiriço entre Brasil e Bolívia (Garzon *et al.*, 2022). Aspecto também destacado por Pinto & Malerba (2022) que expõem diversas similitudes negativas das políticas ambientais adotadas tanto nos Estados Unidos, durante o governo de Donald Trump, quanto no Brasil com Bolsonaro. Em meio a isso, o sofrimento físico e psíquico dos sujeitos frente a crise ambiental e a um discurso governamental negacionista ampliam essa dimensão coletiva para dentro de nossas individualidades (Farias, 2022). Assim como os impactos podem ser investigados em determinado setor, como as comunidades pesqueiras artesanais, no que tange a retomada da carnicultura no Brasil (Silva & Pierri, 2022).

Por fim, a academia cumpre, por meio desse dossiê sua função social em revelar o que alguns pretendem esconder, constranger para não naturalizarmos qualquer forma de violência, seja essa violência a recusa da nossa espécie em entender sua

dependência da natureza e o impacto dessa recusa em suas relações com a biodiversidade (Bensusan, 2022). Não largamos a mão de ninguém, como não largamos mão de viver em comunhão com um meio ambiente saudável, livre de agrotóxico, livre de racismo, livre de machismos, pois se o pensar, como afirmou Rubem Alves, pode ser interpretado como uma fuga do sofrimento, pensar também é uma forma de reproduzir o prazer e o bem-viver.

Desejamos uma boa leitura.

Roberto Gonçalves Barbosa
Rodolfo Bezerra de M. L. da Costa
Naína Pierri
Tomaz Longhi Santos
Organizadores